



ATA 07/2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Centro, Balneário Camboriú os seguintes **conselheiros**: Antonio Cotrim (Titular/SPI); Rosinalva Aparecida Pereira (Titular/SDIS); Márcia Cristina Lázaro (Titular/Sec. Educação); Ana Beatriz Mattar (Suplente/Fundação Cultural); Beatriz Rodrigues Campos (Titular/AMAI); Elisabete Lúcia de Sá Guimarães (Suplente/AMAI); Liliane Boratti (Titular/Lar dos Idosos 5ª Avenida); Mariza Farias de Liz (Titular/OAB) e Miguel A. F. de Andrade (Titular/Observatório Social). **Justificaram a ausência os conselheiros**: Evaldir Francisco Suchara (Titular/Procuradoria); André Boscatto (Titular/FMEBC); Paulo Felipe Costa Cherem (Suplente/FMEBC); Eduardo Ramon Iba (Titular/Lions Leão do Mar). **Contando com a participação de**: Douglas Aguirre (SDIS) e Mariene de Sena Silva (Casa dos Conselhos). A presidente Márcia inicia a reunião dizendo que a pauta é única e tratará da **Prestação de Contas da SPI referente ao ano de 2018**. Antes de tratar sobre o tema, Márcia faz a leitura da Ata 01/2019 que estava pendente a sua aprovação. Após lida, é **aprovada e assinada pelos conselheiros presentes** na referida reunião. Márcia diz que por uma questão de tempo e por se tratar de reunião de pauta única, fará a leitura dos documentos recebidos e expedidos na próxima reunião ordinária. Informa que o conselho recebeu da Secretaria de Controle Social e Transparência, o ofício 275/2019, solicitando que, em caráter de urgência, seja emitido um Parecer de Atividade Conclusivo referente às contas da Secretaria da Pessoa Idosa no ano de 2018 e procede à leitura do mesmo. Neste ofício, é solicitado ainda, que o CMIBC envie num prazo de 5 (cinco) dias úteis tal parecer, pois o Tribunal de Contas do Estado, necessita de tal resposta. Márcia fala que foi emitido um ofício, justificando as solicitações anteriores deste Conselho à SPI, pois não recebemos o balancete com a prestação de contas. Diz que na data de hoje, antes do início desta reunião, chegou em suas mãos a prestação de contas referente ao ano de 2018, sendo um documento extenso acreditando-se não haver a possibilidade de analisar em uma reunião a prestação de contas referentes a um ano inteiro de atividades de uma Secretaria e que olhando por cima, não verificou a presença de notas fiscais. Mariza fala na necessidade das notas fiscais, dos eventos que foram feitos e dos projetos em que foi aplicado recurso e acrescenta que é uma grande responsabilidade do Conselho aprovar, pois quaisquer problemas com as contas, o Conselho pode arcar com as consequências. Douglas Aguirre diz que a prestação de contas é apresentada desta maneira que foi entregue, e que, se na análise das contas houver dúvidas, aí sim pedem-se as notas fiscais; diz ainda que a análise com notas fiscais seria um auditoria. Mariene diz que no prazo descrito no ofício, não há tempo hábil para a Comissão fazer uma análise das contas. Márcia passa então a palavra ao Sr. Antonio Cotrim, que

   *Márcia*
Liliane 

hoje representa a SPI no Conselho. Sr. Cotrim diz que em setembro de 2018, encaminhou-se um ofício ao Sr. Luiz Eduardo Cherem que era o Presidente do Tribunal de Contas do Estado na época, informando que as contas de 2017 foram *parcialmente* aprovadas pelo Conselho, pois não chegaram ao CMIBC os documentos comprobatórios referentes ao que foi solicitado. Diz ainda que em oito de agosto de 2018, a SPI, encaminhou ofício nº 0233/2018 para a Presidência deste Conselho com a Prestação de contas referentes aos dois primeiros trimestres de 2018, com Balancetes e suas respectivas despesas, relação de empenhos liquidados e cópias de notas fiscais. Informa que no dia três de outubro foi passado para a Comissão de Orçamentos e Finanças presidida, naquele momento, pelo Sr. Nélio. Após, o conselho levantou uma série de questionamentos, os quais foram encaminhados à Secretaria da Pessoa Idosa para esclarecimentos, sendo dado um prazo de dez dias à partir da data do recebimento do ofício, que foi em cinco de novembro de dois mil e dezoito. Outrossim informa que nem este ofício foi respondido e nem foram encaminhados o terceiro e quarto bimestres para o conselho, com o qual a Controladoria da Prefeitura solicitou parecer, não tendo sido encaminhado nenhum documento. Logo, em vinte e oito de março, foi cobrado novamente o parecer, sendo que o conselho não tinha como analisar por não ter o demonstrativo, balancete nem os documentos anexados. Em vinte e nove de março, o então Presidente Cotrim solicitou via mensagem à Secretária Christina, sendo que a mesma iria falar com a Contabilidade e encaminhar ao Conselho, o qual não aconteceu. Dia onze de abril houve uma nova cobrança da Controladoria, sendo solicitado novamente à Secretária Christina e a resposta foi a mesma. No dia dezesseis de abril estava prevista uma reunião ordinária do Conselho e um dos itens da pauta era analisar a prestação de contas, mas a mesma nunca chegou ao conselho. Informa que o Contador Gustavo reforça a solicitação para dar o parecer mas não encaminha os documentos. Conclui afirmando que o Conselho foi cobrado até agora, sem ter condições de analisar para emitir um parecer. Foi encaminhado ofício à Controladoria informando que o Conselho não recebeu a documentação para análise. Foi então que encaminharam esta correspondência, dando cinco dias para analisar e responder, mas somente na sexta-feira, às dezessete horas foi deixada na Secretaria da Pessoa Idosa a documentação. Informa que o Secretário da Pessoa Idosa, Dr. Rosan, orientou que o conselho deveria se dirigir à sua pessoa para fazer solicitação de documentos e questionou se precisava de todos esses documentos ou somente aqueles correspondentes às dúvidas colocadas pelo conselho. Conselheiro Cotrim esclarece que não se trata de uma auditoria, na qual são necessárias todas as notas fiscais, e que o papel do conselho é fazer uma verificação das contas que estão enquadradas dentro do orçamento, se exagerou em alguma despesa, se tem alguma nota suspeita, alguma despesa feita que tem suspensão, devendo ser registrado e solicitados os devidos esclarecimentos. Manifesta que trata-se de uma situação semelhante à de 2017, em que foi dada uma aprovação parcial, faltando a verificação das notas e documentos, mas não foi pautado quais documentos, só que agora a situação é pior pois está em cima da hora. Sr. Cotrim



explica que, tecnicamente essa documentação deveria ser passada para a Comissão Orçamentária para análise e considera que o conselho não tem condições de analisar toda essa documentação recebida numa reunião de uma hora e meia. Mariza expressa que se tivesse sido feito conforme a Lei Municipal do Idoso. Conselheiros lembram que foi solicitado fazer semestralmente. Sr. Cotrim explica que todas as despesas passam previamente pelo Comitê Gestor, o qual analisa e autoriza ou não e após feita essa despesa, a prestação de contas é feita para a Controladoria a qual precisa do parecer do conselho para poder encaminhar ao Tribunal de Contas. É sugerida a formação de uma comissão para analisar durante uma ou duas semanas essa documentação referente ao ano de 2018. É deliberado encaminhamento de ofício à Controladoria informando que receberam a prestação de contas neste dia e solicitando uma prorrogação de prazo para análise. Uma das colocações dos conselheiros é a folha de pagamento muito alta, a qual precisa ser analisada. Representante Douglas sugere apresentação de cronograma referente à atuação do conselho para que a Controladoria tenha como justificar ao Tribunal de Contas. Conselheira Ana Beatriz sugere não ficar esperando o prazo para receber a relação do que foi gasto e sim o conselho acompanhar antes da despesa ser feita, fazendo um acompanhamento de tempo em tempo. Mariza acrescenta que, no começo do ano, todos os projetos deveriam passar pelo conselho. Conselheiros falam de transparência e de acesso à informação. Conselheiro esclarece que o conselho não tem que correr atrás da Secretaria nem do Contador, pois o Poder Público sabe dos prazos e obrigações e quais contas devem passar pelo conselho segundo a lei. Conselheira fala a respeito da necessidade de esclarecimentos referentes à variação salarial de alguns funcionários e cita como exemplos uma Assistente Social da Secretaria da Pessoa Idosa que em 2017 e início de 2018 ganhava R\$ 3.000,00 (três mil reais) e de repente passou a ganhar R\$ 10.000,00 (dez mil reais) R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês. Também fala de uma Psicóloga que até fevereiro e março de 2018 ganhava em média R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), de um mês para outro passou a ter um salário de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), e se pergunta o quê está acontecendo e ressalta que este programa não passou pelo conselho, motivo pelo qual nunca souberam o que estava acontecendo na Secretaria da Pessoa Idosa. Considerando o assunto em pauta, na continuidade é constituída a **Comissão Permanente de Finanças e Orçamentária**, ficando assim composta: Eduardo Ramon Iba, Mariza Farias de Liz, Sandra Maria Bortolanza (a confirmar), Miguel Alberto Ferreira de Andrade, Rosinalva Aparecida Pereira e Elisabete Lúcia de Sá Guimarães. Mariza é eleita coordenadora da comissão e o Sr. Miguel vai auxiliar. Logo, é discutido o prazo necessário para analisar a prestação de contas, sendo deliberado um prazo máximo de trinta dias, o qual irá constar no ofício. É marcada reunião da comissão para a próxima quinta-feira às treze horas e trinta minutos. Presidente lembra que dia vinte e um de maio será a próxima reunião ordinária e sugere que até esse dia seja emitido um parecer da comissão referente ao balancete, também informa que ao finalizar esta reunião será feito e encaminhado o ofício referente à solicitação do

X   - *Miguel Alberto* *Ewaldi*
Rauliane

prazo. Sem mais a ser tratado, Presidente Márcia dá por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

maria fernanda

[Signature]

[Signature]
Eivaldi

Liliane Boratti

Beatriz Beliquies Campos

[Signature]